



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS
IMPLICAÇÕES NO NÚCLEO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA
BALESTRO, NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA
MARIA - RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Marcelo Peixoto Marques

**Agudo, RS, Brasil
2013**

**O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS
IMPLICAÇÕES NO NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO, NO PRESÍDIO
REGIONAL DE SANTA MARIA - RS**

por

Marcelo Peixoto Marques

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Dr^a. Liliana Soares Ferreira

Agudo, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO
NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
JULIETA BALESTRO,
NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA - RS**

elaborada por
Marcelo Peixoto Marques

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Liliana Soares Ferreira, Dr^a.(UFSM)
(Presidente/Orientadora)

João Luís Pereira Ourique, Dr. (UFSM)

Débora Teixeira de Mello, Dr^a. (UFSM)

Agudo, 30 de Novembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante em minha vida;

À minha mãe, Natalina Peixoto, pela vida e amor incondicional;

À minha orientadora, Professora Liliana Soares Ferreira, pela sensibilidade e credibilidade em um momento tão turbulento em que vivo;

A Darlan Bittencourt Ribeiro, pelo companheirismo, paciência e muito incentivo;

À atenciosa Professora Mariglei Severo Maraschin, pelo apoio e orientações;

À Simara Saquet Schio, pela companhia e incentivo nessa jornada;

À Assistente Social do Presídio Regional de Santa Maria, querida Anelise Flores Farias pelos contatos, informações e amizade.

Muito Obrigado!

*“As palavras só têm sentido se nos ajudam a
ver o mundo melhor.
Aprendemos palavras para melhorar os
olhos.”*

(Rubem Alves)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**JULIETA BALESTRO,
NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA-RS**

AUTOR: MARCELO PEIXOTO MARQUES
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LILIANA SOARES FERREIRA
Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 30 de novembro de 2013.

A presente monografia buscou investigar como ocorre a construção do Projeto Pedagógico no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro junto ao Presídio Regional de Santa Maria. Para o desenvolvimento desse estudo optou-se por uma abordagem qualitativa caracterizada como estudo de caso. Através de análise de documentos e entrevistas e aplicação de questionários com dez perguntas fechadas e duas discursivas com o intuito de conhecer a realidade do núcleo e compreender o posicionamento de seis profissionais que atuam na instituição educacional. Nessa perspectiva, a análise sustenta suas considerações nas legislações vigentes e em teóricos como: Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e bases da Educação (1996) Julião (2009; 2007), Veiga (2002; 2001,1996), Freire (2002; 1997), Ferreira (2007). Verificou-se, no NEEJA Julieta Balestro, quase que completa ausência de autonomia para que as ações previstas no PP sejam efetivadas. Evidenciou-se um paradoxo entre o princípio de gestão democrática e a importância de compreender os núcleos educacionais prisionais como cenários que possam potencializar as ações de reinserção do sujeito à sociedade, respeitando a contribuição de todos os atores envolvidos no processo, para que assim a prática educativa seja significativa.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico. Sistema prisional. Gestão democrática.

ABSTRACT

THE PEDAGOGICAL SCHOOL PROJECT AND ITS IMPLICATIONS IN JULIETA BALESTRO STATE SCHOOL CENTER OF YOUTHS AND ADULTS, IN PRISON REGIONAL SANTA MARIA - RS

AUTHOR: MARCELO PEIXOTO MARQUES

Advisor: Professor Dr^a. LILIANA SOARES FERREIRA

Place and date of presentation: Agudo/RS, 30 November 2013.

This monograph aimed to investigate how it occurs the construction of the Pedagogical Project at Julieta Balestro State School Center of Youths and Adults located at the State Prison of Santa Maria. For the development of this study it was chosen a qualitative approach characterized as a case study. Through the analysis of documents and interviews and application of questionnaires with ten closed questions and two discursive ones with the objective of knowing the reality of the center and understanding the positioning of six professionals who work at the educational institution. In this perspective, the analysis supports its considerations in the existing laws and theorists such as: Federal Constitution (1988), Guidelines Law and bases of Education (1996), Julião (2009; 2007), Veiga (2002; 2001,1996), Freire (2002; 1997), Ferreira (2007). It was verified at NEEJA Julieta Balestro an almost complete absence of autonomy to the actions planned in PP to take effect. It was observed a paradox between the principle of democratic management and the importance of understanding the educational centers prison as scenarios that may potentiate the actions of the subject's reintegration into society, respecting the contribution of all the actors involved in the process so that the educational practice may be significant.

Key words: Pedagogical Project. Prison System. Democratic Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS.....	14
2.1 Caracterização da Pesquisa: Particularidades e desafios.....	15
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA	18
3.1 O Projeto Pedagógico	19
4 SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	22
4.1 Gestão Democrática e o Sistema Prisional	26
5 BREVE HISTÓRICO DO NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO	31
5.1 NEEJA JULIETA BALESTRO: O atual Projeto Pedagógico.....	32
5.2 Entrevistas/ Questionário: discutindo o diagnóstico	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7 REFERÊNCIAS.....	44

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 – Representação gráfica da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul.....	23
Figura 02 – Representação gráfica do grau de instrução da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul por sexo.....	24
Figura 03 – Representação gráfica da cor da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul.....	24
Figura 04 - Representação gráfica dos presos que estão estudando no estado do Rio Grande do Sul.....	25
Figura 05 - Tabela de presos estudando no estado do Rio Grande do Sul – Estatística por sexo	25

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Termo de consentimento informado.....	47
Apêndice B: Solicitação de contribuição para elaboração de pesquisa	48
Apêndice C: Entrevista / Questionário com diretor, coordenadora pedagógica e professores do NEEJA Julieta Balestro.....	49

1. INTRODUÇÃO

A construção do Projeto Pedagógico deve acontecer no dia-a-dia da escola, tornando-se necessário, pois é o instrumento básico para que todo o processo educativo desenvolva sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda ação educativa. É por meio da elaboração desse projeto que se pode estabelecer o que se deve realizar para que as finalidades possam ser atingidas.

A contemporaneidade e o mundo globalizado estampam na mídia inúmeras transformações sociais e demandas que necessitam ser atendidas. A educação é um desses pontos, nunca se falou tanto em valorização dos professores e busca por qualidade na educação como nos dias atuais.

É importante destacar que sempre que nos remetemos a escolas e práticas educativas lembramo-nos dos estabelecimentos formais e regulares de ensino.

Nossa proposta de pesquisa contribui para o fomento da busca de qualidade na educação em salas de aula de um ambiente fora dos padrões pré-estabelecidos: a educação prisional.

A educação prisional surge nos presídios como uma alternativa de romper com as amarras atreladas a antigos castigos medievais. Surge com a importante missão de socializar e libertar por meio de uma educação que seja capaz de transformar.

A fim de refletirmos sobre essa importante e até mesmo audaz missão, Silveira (2006) apresenta elementos que nos permitem ampliar nosso entendimento:

O modo de execução da pena adquiriu lugar de destaque no estudo da penologia brasileira a partir do final do século XIX. A finalidade da pena teria uma nova concepção: humanizar a punição. [...] a instituição penal deve visar a educação do condenado, criando condições por meio das quais possa, em liberdade, resolver os conflitos próprios da vida social sem recorrer ao caminho do delito. (SILVEIRA, 2006, p.27)

Se formos em busca de dados que comprovem a eficácia da educação dentro dos sistemas prisionais não conseguiremos um diagnóstico fidedigno, visto que a responsabilidade fica por conta dos governos estaduais e esses não desenvolvem ações de forma integrada.

Maia (2012) aponta essa característica como um entrave no caminho da discussão e busca de implementos que garantam a real eficácia dos núcleos educacionais prisionais:

É difícil se traçar, hoje, um panorama de como está a oferta educativa nos presídios brasileiros. Como se trata de responsabilidade de cada governo estadual, são poucas e imprecisas as informações que dão conta de formar o mosaico nacional. De maneira geral, ações pontuais e descontínuas, desvinculadas das políticas educativas nacionais de jovens e adultos. Tanto em relação aos processos de educação básica como para o ensino profissionalizante. Segundo os dados do Ministério da Justiça, mais de 70% da população presa não concluíram o ensino fundamental e outros 10,5% são completamente analfabetos. No entanto apenas 17% estudam. (MAIA 2012, p.13.)

Em Santa Maria existe uma escola direcionada a alunos em privação de liberdade e em semiliberdade denominado Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro, localizada no Presídio Regional de Santa Maria. A clientela do NEEJA Julieta Balestro é flutuante, formado por alunos apenas maiores de 18 anos, de diversos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente dos Municípios pertencentes a 2ª Região penitenciária, devido o Núcleo estar localizado no Presídio Regional de Santa Maria.

Procurando saber de que maneira ocorre a construção do Projeto Pedagógico no NEEJA Julieta Balestro, considerando a gestão democrática e de que forma a mesma se legitima no sistema prisional essa pesquisa partiu da análise do Projeto Político Pedagógico do Núcleo, buscando discutir quais os meandros que norteiam a construção desse instrumento especificamente dentro de um cenário totalmente diferenciado dos costumes padrões, para os quais não estamos preparados.

Pensando nessa questão, o planejamento deve refletir sobre os princípios educacionais que são capazes de orientar o ser humano, sendo este entendido como ser que constitui e dá sentido ao universo. As escolas do sistema prisional necessitam de um trabalho pedagógico voltado para a valorização humana, o resgate de valores e a reintegração social.

Nesse sentido, julgamos oportuno realizar uma análise sobre a operacionalização do planejamento escolar do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro localizada no Presídio Regional de Santa Maria, que apresenta como sua filosofia a “Educação fator responsável pelo processo de

ressocialização, resgate de valores, reconstrução da cidadania, reinserção à sociedade, com melhores condições de enfrentar a sociedade e o mercado de trabalho”.

No contexto dessa discussão, oportunizou-se a possibilidade de realizar um estudo nesse universo de educação que apresenta muitas particularidades se comparada à educação regular, mas que ainda assim pode ter seus planejamentos e objetivos voltados a identificar e resolver os problemas de ordem organizacional, metodológica e social que possam comprometer a legitimação dos processos de ensino e aprendizagem nesses cenários.

Sobre essa questão, Onofre (2007) observa que:

A escola, visto ser apontada como local de comunicação, de interações pessoais, onde o aprisionado pode se mostrar sem máscaras, afigura-se, portanto, como oportunidade de socialização, na medida em que oferecerão ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida. (ONOFRE, 2007, p.27).

Fundamentada nessa necessidade essa pesquisa procurou refletir e analisar as perspectivas de gestão democrática e participativa no NEEJA Julieta Balestro buscando verificar as possibilidades e desafios da construção do Projeto Pedagógico considerando as especificidades do sistema prisional.

Organizamos nossos em quatro capítulos de maneira que fique claro ao leitor a descrição, compreensão, explicação e possível precisão das relações entre o global e o local determinado escolhido como alvo de nossos estudos.

O primeiro capítulo reúne informações relevantes sobre a prática metodológica utilizada para a configuração da pesquisa, explicando e definindo como os procedimentos foram realizados.

No segundo, continuamos nosso estudo discutimos a Gestão democrática analisando e contextualizando primeiramente os processos que envolvem a construção do Projeto Pedagógico, instrumento básico para que todo o processo educativo desenvolva sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda ação educativa.

O terceiro capítulo apresenta dados do sistema prisional brasileiro e do Estado do Rio Grande do Sul para posterior discussão das especificidades que norteiam os princípios de Gestão Democrática no Sistema Prisional, a fim de que

possamos no quarto capítulo analisar a realidade local através das informações coletadas no NEEJA Julieta Balestro para através dos resultados presentes na investigação verificar e apresentar um diagnóstico que reflita o posicionamento dos gestores e professores do Núcleo.

Para finalizar o presente estudo apresentam-se as considerações finais sobre o trabalho intitulado “O Projeto Pedagógico Escolar e suas implicações no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro no Presídio Regional de Santa Maria - RS”.

2. DISCUSSÕES METODOLÓGICAS

Para o desenvolvimento desse estudo optou-se por uma abordagem qualitativa através de análise de documentos e entrevistas com seis profissionais que atuam no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro no Presídio Regional de Santa Maria sendo esses: Diretor, Coordenadora Pedagógica e quatro professores, acrescida de pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Dentro dessa ótica é importante evidenciar que qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A observação, entrevista e os documentos analisados nessa pesquisa constituíram um estudo de caso do NEEJA Julieta Balestro especificamente relacionado ao Projeto Pedagógico e suas implicações para a oferta de práticas pedagógicas eficazes que sejam norteadas por ações que primem para valorização de ideias e a participação dos agentes que constituem o cenário educacional do núcleo.

Cabe ressaltar que muitos autores não têm uma visão consensual no momento de caracterização metodológica, a fim de buscar a comprovação da abordagem desse estudo torna-se pertinente destacar as ideias Fonseca (2002):

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Após contato, prévia apresentação da proposta de estudo, foi feito novo agendamento para as ações de observação, aplicação de instrumentos de pesquisas (entrevista e questionário) e análise de documentos oficiais do NEEJA Julieta Balestro, como a Proposta Pedagógica e os planos de Estudos, levantou-se os dados necessários para respostas de parte dos questionamentos presentes no problema de pesquisa desse estudo.

O universo da pesquisa desse trabalho fundamentou-se nas contribuições de seis profissionais em razão das particularidades existentes no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Julieta Balestro, o qual funciona dentro do Presídio Regional de Santa Maria. É importante evidenciar que a quantidade de profissionais participantes para as análises feitas nesse trabalho não comprometem a abordagem qualitativa e a prática de estudo de caso, visto que ambos não se preocupam com representatividades numéricas, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros.

E pertinente ressaltar que os apenados que estudam no Núcleo Estadual de Educação Julieta Balestro de Santa Maria não participaram desse estudo em função de normas de segurança defendidas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul – SUSEPE RS.

2.1 Caracterização da pesquisa: Particularidades e desafios

Após apresentação da proposta de estudo para a 8ª Coordenadoria Regional de Educação e Direção do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro tivemos acesso ao Presídio Regional de Santa Maria para a busca das informações contribuíram para a realização da pesquisa.

Esse momento direciona o pesquisador a um encontro direto com o problema investigado. Nesse caso de acordo com Fonseca (2012, p. 34) o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

A entrada em um sistema direcionado a execução de penas privativas de liberdade, nem sempre é uma tarefa simples. Vencidas as etapas formais (apresentação, aceite, agendamentos, espera), algumas causas subjetivas

emergem: o medo é uma delas. Ao longo de nossa história e por muito tempo, os presídios carregaram o estigma do sinônimo de isolamento, discriminação, violência, tristeza, angústia e privação que se sobrepõem a ideia de socialização.

Durante a observação e coleta de dados a sensação de medo e certo isolamento do mundo exterior se fez presente, mas logo superadas.

Sobre essa questão Chizzotti (1991, p.98), nos oferece elementos que contribuem para o esclarecimento dessa narrativa, segundo o autor quais sejam, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

Acompanhados pelo diretor do NEEJA Julieta Baletro, fomos apresentados para a Coordenadora Pedagógica do Núcleo e aos professores que se faziam presentes. Percebeu-se ao longo da pesquisa certo receio dos profissionais em relação à proposição e aos questionamentos que foram feitos, ficando evidente que direcionar ações dentro de um cenário caracterizado pela privação de liberdade, pouca autonomia, como percebido em nossos resultados, pode até mesmo induzir a certo aprisionamento de ideias dos profissionais que lá atuam.

A fim de elucidar a questão, Luz (2010), corrobora com nossas ponderações:

A prática docente nas prisões encontra-se impregnada de problemas, o que pode dificultar o acesso e o bom desempenho, pois deverá sempre estar atrelada a segurança das penitenciárias, o que por consequência traz reflexos nos mecanismos de produção de identidade dos indivíduos que ali se encontram inseridos. (LUZ, 2010, p. 15).

O questionário apresentado no presente estudo teve o objetivo de fundamentar teoricamente os mesmos questionamentos que foram feitos durante a visita no NEEJA Julieta Baletro, visto que na oportunidade fomos impedidos de ingressar no Presídio Regional de Santa Maria com qualquer objeto (caderno, gravador, câmera, etc) que pudesse facilitar a ação metodológica.

O mesmo foi enviado por e-mail para os profissionais envolvidos, considerando-se a perspectiva de facilidade e obtenção dos dados que comprovariam a entrevista prévia. Essa perspectiva foi frustrada, caracterizando um aspecto limitador do tempo visto que tivemos muita dificuldade de retorno dos mesmos que foram reenviados duas vezes com retorno somente após muita insistência e certo constrangimento em função dos vários contatos que se fizeram necessários para o retorno das informações desejadas para a realização desse estudo.

As informações que retornaram dos questionários assemelharam-se a entrevista realizada e foram analisadas com abordagem predominantemente qualitativa, ampliando a discussão do estudo com auxílio de fundamentações teóricas que possibilitaram estabelecer ligações e comparações com as informações contidas no Projeto Pedagógico do Núcleo.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A construção de um Projeto Pedagógico que busque compreender a escola e seu funcionamento deve relacionar-se com a concepção de gestão democrática que se preocupe e valorize as necessidades dos sujeitos que configuram o cenário educacional: alunos, professores, gestores, colaboradores e comunidade.

O poder de protagonismo e autonomia desses atores direciona a escola ao caminho de sua razão de ser: situações que possibilitem formação e conhecimento para todos, autonomia e participação.

Abondando o conceito de “gestão escolar”, a nova organização educacional com o princípio de gestão democrática adquire um novo perfil que não se fundamenta apenas nos princípios da administração científica.

A fim de compreendermos a amplitude da gestão educacional, participativa e democrática que prima pela autonomia e participação às palavras de Ferreira e Aguiar (2001) são esclarecedoras:

A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas. [...] A razão de ser da gestão da educação consiste, portanto, na garantia de qualidade do processo de formação humana – expresso no projeto político-pedagógico – que possibilitará ao educando crescer e, através dos conteúdos do ensino que são conteúdos de vida, humanizar-se, isto é, tornar-se mais humano. (FERREIRA e AGUIAR, 2001, p. 309).

Analisando essa nova perspectiva que se descortinou pode-se observar que desde os movimentos que instituíram a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a LDBEN 9394/96, ambas no Brasil, a construção de um momento histórico que vem quebrando paradigmas e modificando o cenário educacional brasileiro.

As proposições de Azevedo (2001) acentuam essa mudança:

[...] democratizar é construir participativamente um projeto de educação (...) transformador e libertador, onde a escola seja laboratório de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário que

tenha na prática da justiça, da liberdade, no respeito humano (...) o centro de suas preocupações. (AZEVEDO, 2001, P.312).

Nesse sentido a construção do Projeto Pedagógico, respeitando os princípios de gestão democrática, é pautada em experiências significativas, partindo dos conhecimentos de mundo dos alunos e da comunidade para, em conjunto com os conhecimentos científicos historicamente construídos, se ter uma verdadeira educação em que a teoria e a prática andam juntas para a organização e reorganização social.

3.1 O Projeto Pedagógico

O projeto pedagógico é o planejamento da escola. Sua principal finalidade é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto pedagógico a busca da efetivação de um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

É através do Projeto Pedagógico da escola que se torna possível vislumbrar as condições e limitações da instituição, compreender o seu funcionamento, bem como identificar se existe interação entre os profissionais de uma escola.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupasse em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. (VEIGA, 2002).

Em trabalho anterior Veiga (1996) fornece elementos evidenciando que a construção do Projeto Pedagógico, quando contemplam diretrizes e metas que refletem as necessidades de diferentes demandas, é uma proeminente ferramenta no processo de legitimidade de situações ensino e aprendizagem.

Nesse sentido as palavras da autora são claras:

(...) o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA 1996, p. 12-13).

Assim, o Projeto Pedagógico orienta todo trabalho desenvolvido no interior da escola, trazendo a realidade da comunidade escolar e características da região, sua construção e revisão devem acontecer de forma colaborativa e participativa com toda a comunidade escolar, onde umas das prioridades é o diálogo entre os sujeitos a partir de uma prática democrática de gestão, visando uma educação de qualidade.

A Constituição de 1988 instituiu os princípios da gestão democrática, referendado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que delega às escolas a responsabilidade pela implementação da gestão democrática, proporcionando um espaço participativo para todos os atores da comunidade escolar e local, sendo capazes de participar da elaboração do seu projeto político pedagógico, ampliando assim o papel da escola e dando-lhe mais autonomia.

Brito (2009) destaca que a gestão possui uma importância vital frente ao êxito ou fracasso dos projetos na organização escolar, visto que:

[...] a gestão vai além de atividades de planejamento, coordenação, controle, avaliação. Neste trânsito, há que se vislumbrar o real modificado pelo ideal sonhado. Uma tautologia reforçadora do que se afirmar: há que se passar do ideal para o real pela ação. Teoria e prática que, num círculo virtuoso, sublinham os saberes necessários para subsidiar o gestor educacional em sua prática individual e coletiva nos enfrentamentos cotidianos (BRITTO, 2009, p. 01).

Portanto, é papel dos gestores educacionais repensar e colocar em ação a construção de Projetos Pedagógicos que reflitam a realidade dos seus alunos, respeitando a construção coletiva, mobilização, respeito às diversidades,

democracia e conclusões que permitam a constante reavaliação em busca de resultados positivos nas práticas educacionais.

Isso se relaciona e está de acordo com Ferreira (2007) que acentua a seguinte ponderação:

O processo de organização, encaminhamento do trabalho e valoração do tempo vivido na escola acontece através da gestão escolar. Entendo a gestão como todos os processos que, imbricados, fazem a escola ser escola, em suas especificidades e com vistas à produção do conhecimento. São processos eminentemente humanos, embora, muitas vezes, organizados tecnicamente. Estão pautados na linguagem e na convivência entre os sujeitos da escola. Deste modo, é na gestão que se consubstanciam os fatores que, ao mesmo tempo, sustentam e promovem práxis pedagógica na escola, tendo como esteios as ações relativas ao financiamento, à gestão de pessoas e à administração dos espaços-tempos. (FERREIRA, 2007, p.37).

O Projeto Pedagógico é uma ação que se constrói em longo prazo é uma atividade que oferece à escola a possibilidade de construção de uma identidade como instituição capaz de transformar realidades e fomentar a formação do cidadão. Possui uma dimensão política muito importante, pois muitas vezes a escola é o único local que fomenta a discussão cidadã na busca de uma sociedade sem tantas distorções sociais,

É necessário que o cenário educacional e os atores que nele atuam sejam protagonistas no Projeto Pedagógico uma vez que as finalidades da escola, a sua proposta educativa e organizacional devem refletir o coro das vozes plurais que são o significado da participação coletiva.

Uma vez construído, o Projeto pedagógico da escola deve ser o norte de todas as práticas educativas realizadas. O projeto requer constante avaliação e reformulação adequando-se às mudanças que ocorrem frequentemente na organização escolar. É uma ferramenta de efetivação da autonomia, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia na escola, é um exercício de cidadania.

4. SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Orientado pelo tema Projeto Político e suas implicações no sistema prisional, especificamente no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro tornou-se necessário ampliar nosso viés de discussão e buscar informações que nos permitiram entender parte da configuração do sistema prisional brasileiro e a realidade desse sistema no estado do Rio Grande do Sul.

A realidade do sistema prisional brasileiro é pautada pela superlotação, fugas, rebeliões e outras mazelas que assistimos diariamente na mídia brasileira. Vários exemplos denunciam e chamam a atenção para a ineficácia do sistema carcerário.

As instituições que fazem parte do sistema prisional brasileiro têm diversas nomenclaturas e uma conceituação específica no que se refere ao perfil do sujeito privado de liberdade. A fim de elucidar essa questão encontramos no Portal do Ministério da Justiça as seguintes informações:

- a) Estabelecimentos Penais: são todos utilizados pela justiça para alojar quem é preso, independente de ser provisório, condenado ou submetidos a medida de segurança;
- b) Estabelecimentos para Idosos: são estabelecimentos penais próprios, autônomos,, que se incorporam aos dos adultos, que servem para abrigamento de preso que tenham no mínimo sessenta anos de idade ao ingressarem ou os que atinjam essa idade quando de sua privação de liberdade;
- c) Cadeias Publicas: são estabelecimentos penais de presos em caráter provisório, sendo de segurança máxima;
- d) Penitenciarias: são estabelecimentos destinados a recolher presos em condenação a pena privativa de liberdade ao regime fechado;
 - d.1) Penitenciaria de Segurança Máxima Especial: são estabelecimentos penais que abrigam presos de condenação em regime fechado, que possuem celas individuais;
 - d.2) Penitenciarias de Segurança Médias ou Máxima: são estabelecimentos penais que abrigam preso de condenação de regime fechado e que possuem celas individuais ou coletivas;
- e) Colônias Agrícolas Industriais ou Similares: estas são estabelecimentos penais, que abrigam preso do regime semi- aberto;
- f) Casas do Albergado: casas do albergado são estabelecimentos penais, que abrigam presos que cumprem pena privativa de liberdade em regime aberto, ou, ainda, pena de limitação de fim de semana;
- g) Centros de Observação Criminológica: são estabelecimentos penais próprios do regime fechado e de segurança máxima, onde são realizados exames criminológicos estes indicadores da destinação que será dada ao preso, quanto ao estabelecimento adequado e ao tipo de tratamento que será submetido;

h) Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, são estabelecimentos penais que abrigam pessoas submetidas a medida de segurança” (Portal Ministério da Justiça, 2013).

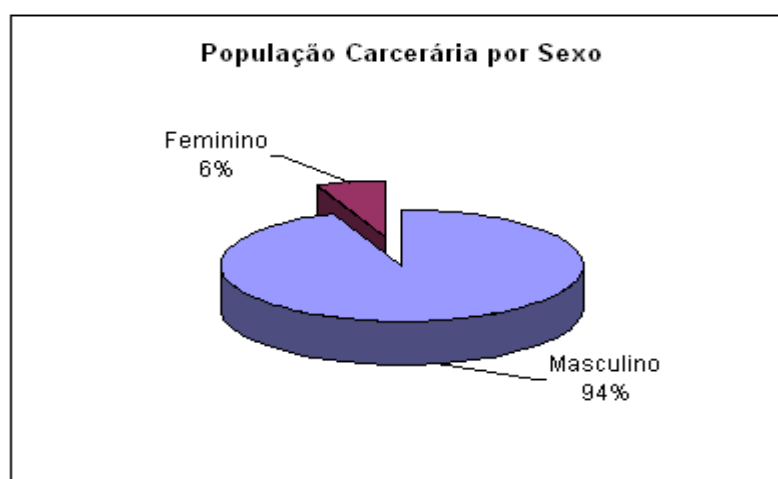
De acordo com dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça, o país tem hoje a quarta maior população carcerária do mundo e está atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Nos últimos vinte anos, o número de presos cresceu 251%.

Cerca de 550 mil pessoas estão presas no Brasil, mas o sistema prisional brasileiro foi projetado para abrigar um pouco mais de 300 mil detentos. O resultado deste déficit é a superlotação, que vem acompanhada de maus-tratos, doenças, motins, rebeliões e mortes.

No Estado do Rio Grande do Sul a situação não difere do restante do país de acordo com informações do Departamento de Segurança e Execução Penal do Rio Grande do Sul a população prisional do estado em 07/11/13 era de 28.090 sendo 23.329 do sexo masculino e 1.761 do sexo feminino.

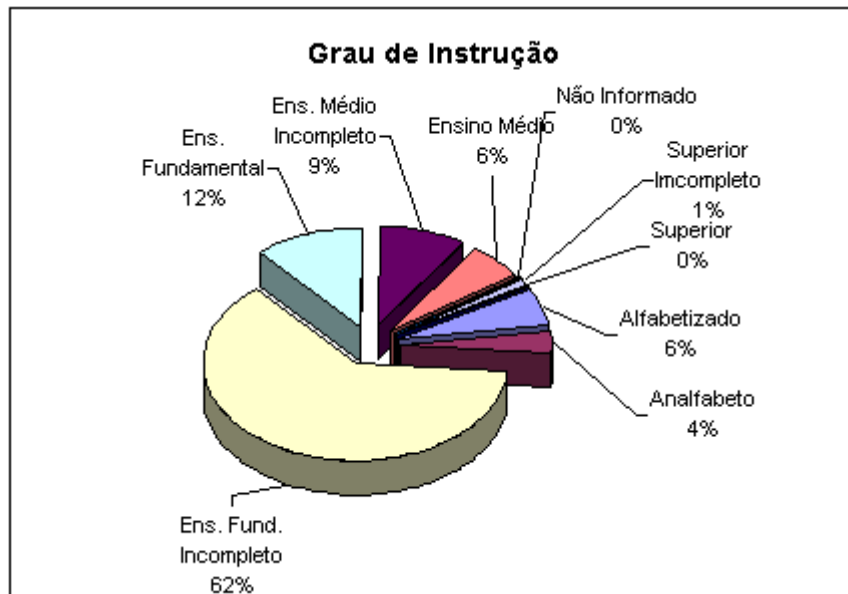
As projeções gráficas que apresentamos abaixo estão disponíveis no site da Superintendência dos Serviços penitenciários e permitem a visualização das estatísticas do sistema prisional do Rio Grande do Sul considerando sexo, grau de instrução, faixa etária, cor e índice de apenados que estão estudando.

Figura 01 – Representação gráfica da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul por sexo



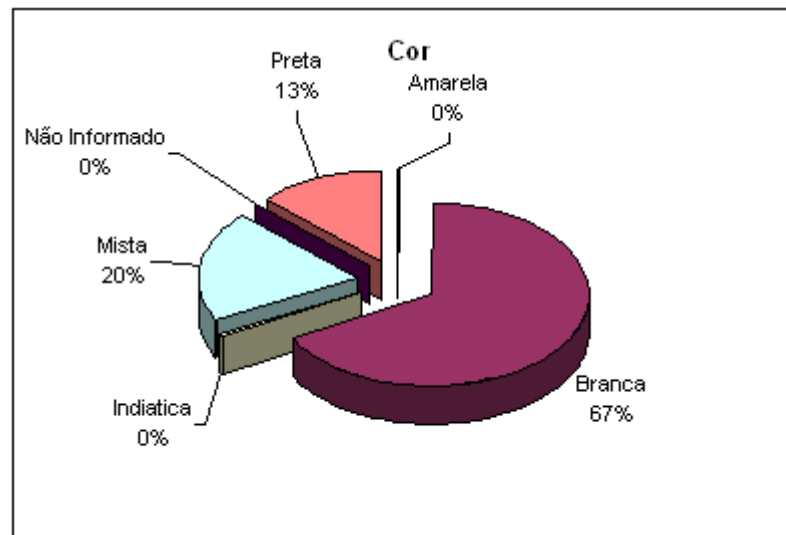
Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal – SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2013).

Figura 02 – Representação gráfica do grau de instrução da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul por sexo



Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal – SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2013).

Figura 03 – Representação gráfica da cor da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal – SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2013).

Os dados contidos na figura 3 permitem a visualização de uma realidade que de forma geral, evidencia um dado desconhecido pela maioria da sociedade no que se refere ao número de apenados de cor branca que atingem 67% do mapa prisional do Estado do Rio Grande do Sul.

As informações relacionadas ao número de apenados estudando no Rio Grande do Sul são referentes a relatório atualizado em 10 de julho de 2013 e mostravam o seguinte cenário:

Figura 04 – Representação gráfica dos presos que estão estudando no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal – SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2013).

Figura 05 – TABELA DE PRESOS ESTUDANDO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – ESTATÍSTICA POR SEXO

ESTUDANDO	QUANTIDADE	%
Feminino	485	19,91
Masculino	1.951	80,09
TOTAL	2.436	100,00

Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal – SUSEPE (Rio Grande do Sul, 2013).

E interessante observar que os dados presentes no site da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul – SUSEPE, se analisarmos a totalidade do gênero feminino apresentado na figura 1, contradizem as informações contidas nas figuras 4 e 5, permitindo a conclusão de que o número de mulheres estudando no Estado do Rio Grande do Sul é maior em relação ao sexo masculino.

4.1 Gestão Democrática e o Sistema Prisional

A educação brasileira conquista o direito, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que garante a gestão democrática na escola, de refletir a necessidade e a importância da participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, buscando resultados educacionais mais significativos, mediante um compromisso coletivo.

De acordo com dados contidos no relatório “Educação nas prisões brasileiras” de 2009 A educação de pessoas encarceradas no sistema prisional integra a chamada educação de jovens e adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96(LDB), de 1996, define a educação de jovens e adultos como aquela destinada a pessoas “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A LDB regulamenta o direito previsto na Constituição brasileira em seu capítulo II, seção 1, artigo 208, inciso I, de que todos cidadãos e cidadãs têm o direito ao “Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 determina também que os sistemas de ensino devem assegurar cursos e exames que proporcionam oportunidades educacionais apropriadas aos interesses, condições de vida e trabalho de jovens e adultos. Prevê que o acesso e a permanência devem ser viabilizados e estimulados por ações integradas dos poderes públicos.

Os artigos 205 e 206 de nossa Constituição Federal (1988) que tratam sobre o Direito à educação chamam a atenção para a amplitude dos direitos dos apenados:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Se a educação é dever do Estado e direito de todos discutimos então qual a realidade encontrada nos núcleos prisionais do Rio Grande do Sul. De acordo com Maia (2012) no Estado do Rio Grande do Sul a educação prisional tem se destacado apenas como parte de discussão entre duas pastas específicas: Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), não efetivando na prática projetos ou programas que realmente garantam a participação democrática no cenário educacional do sistema prisional.

O desconhecimento de grande parte da sociedade da existência e/ou falta de debate democrático das escolas e núcleos do sistema prisional é outro fator que contribui para certa invisibilidade desses cenários, uma vez que os mesmos só ganham visibilidade frente a outras mazelas que permeiam o sistema prisional e ganham notoriedade.

Nesse sentido as palavras de Maia (2012) esclarecem alguns pontos e fomentam algumas indagações perturbadoras:

A mídia, por sua vez, pouco reflete sobre a educação nos sistemas prisionais, porque trata-se de uma problemática complexa, que envolve diferentes grupos sociais. É importante lembrar que a questão da educação no sistema prisional, traduz, ao fim e ao cabo, um impasse social: somos capazes de propor uma outra educação para aqueles que têm o seu direito à liberdade privado por parte do Estado? O sujeito perde sua liberdade, mas não perde a sua condição de sujeito de direitos. (MAIA, 2012, p.20).

Parte significativa daqueles que ingressam no sistema prisional são oriundos de universos de acentuada vulnerabilidade social e ausência de valores familiares que conseqüentemente, através de um convívio muitas vezes desarmônico pode resultar em pessoas desequilibradas e que, de alguma forma, iram lutar para sobreviver.

Na busca desse resgate social a educação pode ser uma das alternativas mais eficazes no caminho da socialização e humanização do indivíduo enquanto recluso pelo sistema prisional, que em inúmeros casos limita-se apenas a proteger a sociedade deste.

Dentro dessa ótica, as palavras de Frade (2008) nos ajuda a pensar a necessidade de mudanças nesse cenário:

A sinalização, portanto, é de que a criminalidade é uma construção decorrente do processo de socialização, oriunda da assimetria de poder e do estabelecimento das regras de conduta e moral, que encobre ideologias e se impõe através de mecanismos sinuosos e dissimulados, em um processo dinâmico, complexo e não linear. (FRADE, 2008, p. 33).

A educação tem como objetivo valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, em busca do fortalecimento cada vez maior da democracia no processo pedagógico e tem no projeto de gestão democrática da escola uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público, onde seus atores terão a possibilidade de articular suas ideias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

Dentro do sistema prisional esse objetivo é mais amplo ou pode agregar um significado que permita outras interpretações em função de que de acordo a Lei de Execuções Penais- LEP Nº 12433 (Redação de 2011) afirma: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. § 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem. (...) § 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.”

Autonomia e liberdade em primeiro momento parecem adjetivos ou atributos díspares ao sistema prisional, mas podem ser o caminho para o protagonismo fora dele, portanto emerge a necessidade de fomentar nesses espaços a busca pela construção de um Projeto Pedagógico que possa garantir dentro da educação prisional uma nova finalidade além da simples exclusão e retenção. Passa a ter uma

finalidade de orientação social e preparação para o seu retorno à sociedade, buscando assim a interrupção do comportamento reincidente.

Para pensarmos melhor essa questão as palavras de Gadotti (2000) são esclarecedoras.

O que implica também tratar do tema da autonomia da escola, de seu projeto político-pedagógico, da questão da participação, da educação para a cidadania. Dentro desta categoria, pode-se discutir particularmente o significado da concepção de escola cidadã e de suas diferentes práticas. Educar para a cidadania ativa tornou-se hoje projeto e programa de muitas escolas e de sistemas educacionais. (GADOTTI, 2000, p. 10).

Podemos definir como gestão democrática a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram. É um processo de aprendizado coletivo.

É preciso subsidiar propostas de intervenção educativa no sistema prisional, investigando o sentido do papel da escola para o cidadão em privação de liberdade, principalmente quando este, na condição de egresso, retorna a sociedade sem uma mínima formação educacional e, conseqüentemente, encontram dificuldades em reinserir-se na sociedade e no mercado de trabalho.

Quando o educador pensa a educação, ele acredita que, entre homens, ela é o que dá a forma e o polimento. Mas ao fazer isso na prática, tanto pode ser a mão do artista que guia e ajuda o barro a que se transforme, quanto à forma que iguale e deforma. (BRANDÃO, 2005, p.25).

Muitas vezes, o caminho da gestão democrática em ambientes carregados de mágoas, desesperanças e revoltas não é fácil.

Primeiramente pela inexistência de autonomia do gestor educacional a quem se atribui a necessidade de ter competência para buscar novas alternativas e que atendam aos interesses da comunidade escolar, compreendendo que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os membros, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas fontes de enriquecer o trabalho coletivo. Cabe ressaltar que o sistema prisional dentro de suas peculiaridades não contempla a autonomia dessa figura, em função de que as decisões propostas pela SUSEPE se sobrepõem a maioria das decisões que possam direcionar a busca de melhores práticas pedagógicas nesses ambientes.

Dentro dessa perspectiva as palavras de André (1995) são claras quando pensamos a impossibilidade de atuação de um gestor capaz de entender o indivíduo carcerário como um sujeito:

O estudo da dinâmica de sala de aula precisa levar em conta, pois, a história pessoal de cada indivíduo que dela participa, assim como as condições específicas em que se dá a apropriação dos conhecimentos. Isto significa, por um lado, considerar a situação concreta dos alunos (processos cognitivos, procedência econômica, linguagem, imaginário), a situação concreta do professor (condições de vida e de trabalho, expectativas, valores, concepções) e sua interrelação com o ambiente em que se processa o ensino (forças institucionais, estrutura administrativa, rede de relações inter e extra-escolar). Por outro lado, significa analisar os conteúdos e as formas de trabalho em sala de aula, pois só assim se poderá compreender como a escola vem concretizando a sua função socializadora. (ANDRÉ, 1995, p. 43-44).

Para a concretização de uma gestão democrática na educação prisional é emergente a necessidade de maior autonomia, para a configuração de um gestor capaz de se comprometer com a qualidade da educação e com as transformações sociais. Este deve estar preparado, na organização do trabalho pedagógico, para enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola pública.

Quando não encontramos espaço para esse protagonismo fica difícil efetivar ações que possam realmente validar a eficácia da educação dentro dos sistemas prisionais.

5. BREVE HISTÓRICO DO NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO

Segundo os registros documentais da 8ª Coordenadoria Regional de Educação o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro está localizado nas dependências do Presídio Regional de Santa Maria e da Penitenciária Estadual de Santa Maria. Foi criado através do Decreto Estadual n.º 41.649 de 28 de maio de 2002. Antes da criação do núcleo, a população carcerária era atendida pelo Núcleo de Orientação do Ensino Supletivo, NOES, que cedia professores para atuação no PRSM.

A escola faz parte da modalidade Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Prisional e mantém a educação básica, contendo ensino fundamental e médio.

Por que Julieta Balestro? Os núcleos prisionais que existem são uma homenagem à professora que foi precursora do ensino nos presídios. Julieta Balestro atuou em várias instituições penitenciárias do Rio Grande do Sul, demonstrando que a formação escolar era um poderoso instrumento de recuperação. Era natural de Bagé, onde nasceu aos 18 dias do mês de agosto. Licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica, na década de 1960, e bacharel em Direito, graduada em 1988, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Lecionou língua portuguesa e literatura brasileira por muito tempo na Escola Técnica de Parobé. Dirigiu a Comissão de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul OAB/RS, foi membro da diretoria do sindicato dos professores (CPERS) em duas gestões, de 81 a 84 e de 96 a 99. Também foi dirigente do movimento negro. Era conhecida por seu espírito de luta intransigente na defesa dos professores, das mulheres e das minorias. A última função desempenhada foi de Coordenadora Educacional e Cultural da Superintendência dos Serviços Penitenciários, também desenvolvia o projeto “O pensamento é livre”, primeiro concurso literário estadual do sistema penitenciário. Faleceu aos 12 dias do mês de agosto de 2001.

Segundo dados da SUSEPE existem 21 Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos atuando nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro de Santa Maria oferta atividades escolares pertinentes aos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, em duas casas prisionais: no Presídio Regional e na Penitenciária Estadual de Santa Maria.

Em acordo com o Projeto Pedagógico o objetivo principal do NEEJA Julieta Balestro é proporcionar aos jovens e adultos que encontram-se privados de liberdade, educação básica fundamentada em valores humanistas de solidariedade, honestidade, participação e respeito as diferenças como condições na construção social do conhecimento.

5.1 NEEJA Julieta Balestro: O atual Projeto Pedagógico

Resultando de um processo de constantes inovações tecnológicas e novos processos de Gestão Pública que primam pela democracia e real participação de todos os sujeitos na construção e busca de seus direitos, o Projeto Pedagógico vem se moldando de modo a contemplar e valorizar a participação de múltiplos sujeitos e suas indigências.

A construção do Projeto Pedagógico deve acontecer e ser orientada por ações que fazem parte do dia-a-dia da escola, tornando-se necessário, pois é o instrumento básico para que todo o processo educativo desenvolva sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda ação educativa. É por meio da elaboração desse instrumento que se pode estabelecer o que se deve realizar para que as finalidades possam ser atingidas. Ele é imprescindível para conhecer as necessidades e almejar objetivos para melhorias positivas no cenário educacional.

As proposições de Ferreira (2007) acentuam a evidência de que escola pode ser vista como o lugar dos processos educativos e a reflexão do seu Projeto Pedagógico é fundamental para entender a sua gestão, pois a:

Escola é um espaço e um tempo de produção de conhecimentos, cuja base é a prática da linguagem por sujeitos caracterizados por uma historicidade,

subjetividade e individualidade. Portanto, é o lugar onde se produzem interações e, como tal, não é neutro, denota características políticas (FERREIRA, 2007, p. 36).

A fim de estendermos essa discussão para a realidade do sistema prisional, e buscando conhecer a proposta pedagógica pensada para os educandos do NEEJA Julieta Balestro analisamos o Projeto Pedagógico do referido Núcleo.

No contexto nacional Julião (2007) é categórico ao afirmar que a escola em presídios passa a ter uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos. Isto está de acordo com o que foi dito por Onofre (2007), a “marca de criminoso pode ser amenizada”, uma vez que ele passa a ser apenas aluno, um educando na incessante busca pelo aprendizado que lhe possibilitará, talvez, sair da condição de miserável, para uma condição mais humana.

Para pensarmos melhor essa questão e buscando uma possível conclusão para os argumentos correlacionados as palavras de Julião (2007) contribuem para nossas percepções quando o autor afirma que são necessárias mudanças “na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade”.

É importante destacar que as ideias de Julião (2007) vão ao encontro das ideias introdutórias do Projeto Pedagógico analisado para a construção desse estudo, onde encontramos a informação de que o Projeto Pedagógico é um Instrumento Teórico-Metodológico elaborado com a participação da Comunidade Escolar, para ajudar o Núcleo a enfrentar os desafios do dia-a-dia, de forma consciente, sistematizada, organizada.

É um Projeto flexível, sujeito a alteração no decorrer do trabalho Administrativo-Pedagógico, tem como centro o aluno apenado, com suas características próprias devido a situação em que se encontra. É uma reflexão constante do cotidiano.

Para ampliarmos essa questão tornou-se necessário conhecer a fundamentação legal que norteia esse processo a fim de verificarmos se o documento analisado está de acordo com o previsto na legislação nacional, que aponta as seguintes diretrizes:

[...]garante proteção ao preso quando define, no 13 artigo 10, seção 1, capítulo 2: “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Entre as modalidades de assistência citadas na referida lei a serem desenvolvidas com o preso, tem-se, no artigo 11, a educacional, que referenda: “a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Para dar operacionalidade ao texto da lei, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, por meio da Resolução nº 14, em 11 de novembro de 1994, editou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, fruto de decisões tomadas em Congressos internacionais sobre justiça penal. Esse texto, no seu capítulo XII, aborda as instruções e assistência educacional, definindo o seguinte:

Art. 8. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam.

Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios e compulsórios para os analfabetos.

Art. 41. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequado à formação cultural, profissional e espiritual do preso.

Art. 42. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão, sem prejuízo da disciplina e da segurança do estabelecimento. BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

Ao analisarmos o atual Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro evidenciamos que muitos pontos previstos na legislação prisional estão sendo cumpridos e/ou em processo de efetivação das normas legais. A clientela do NEEJA Julieta Ballestro é flutuante, formado por alunos apenados maiores de 18 anos, de diversos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere à formação e às condições de trabalho do Corpo Docente todos tem habilitação para o exercício de suas funções e oportunidade de atualização em Cursos, Seminários, Encontros promovidos pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação e instituições de ensino superior do município. Além disso, participam de Dias de Formação, Projeto de Capacitação em Informática Educativa, reuniões pedagógicas.

O NEEJA Prisional utiliza Programas dentro das Áreas do Conhecimento e das Totalidades e desenvolve um trabalho contextualizado preparando os alunos para os Exames Supletivos Fracionados, elaborados pelos professores e Exames Supletivos oferecidos pela mantenedora.

O ambiente físico do Núcleo dispõe de espaço reduzido, mas muito bem organizado conta com cinco salas de aula, uma sala administrativo-pedagógica, onde também fica a Biblioteca, dois banheiros e Laboratório de Informática. Por

estar situado dentro de uma casa prisional o núcleo pode contar com o quadro funcional da SUSEPE que conta com Psicólogos, Assistentes Sociais, Nutricionistas, Enfermeiros, Dentistas, Advogados da Defensoria Pública, Conselho da Comunidade e Pastoral Carcerária.

Estes profissionais oferecem apoio ao trabalho desenvolvido no NEEJA, principalmente apoio para a resolução de problemas enfrentados no Processo Ensino-Aprendizagem, pois a maioria dos alunos é ou foi usuário de substâncias químicas que interferem no cotidiano da sala de aula, como dificuldade de raciocínio, esquecimento de conteúdos trabalhados em pouco espaço de tempo.

É relevante destacar que muitos pontos previstos no Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro se assemelham muito a propostas pedagógicas previstas em projetos de várias escolas que não pertencem ao sistema prisional. Apontamos como singularidades o constante uso da palavra ressocialização atualmente substituída na literatura específica por socialização.

Para entendermos mais detalhadamente essa questão Luckmann e Berger (2004) nos ajudam a perceber que, ao nascer, todo indivíduo ainda não é considerado membro de uma sociedade, mas possui uma pré-disposição para fazer parte dela. Para que ocorra esta inclusão, é necessário que ele se socialize. A socialização pode ser definida como a introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade, e ocorre a partir do momento em que o mesmo passa por um processo de interiorização que constitui a base da compreensão dos seus semelhantes, no qual os acontecimentos objetivos são interpretados como dotados de sentido.

Portanto, entende-se que o processo de socialização, constante na vida do indivíduo, nunca se encerra e está dividido em duas partes: uma primeira chamada socialização primária, na qual o indivíduo forma a sua estrutura social básica, e uma segunda conhecida como socialização secundária, que é referente à aquisição do conhecimento de funções específicas.

Destacamos para a comprovação dessa percepção um dos objetivos específicos que busca:

Proporcionar conhecimentos de uma Educação Básica comprometida com o desenvolvimento integral do sujeito e sua capacidade de aprender ao longo da vida, permitindo a continuidade e aprofundamento destes pressupostos preparando-os para a geração de renda, resgatando a dignidade suprimida

pela realização pessoal no processo de ressocialização. (Projeto Pedagógico NEEJA Julieta Balestro, 2011).

Feita a análise as considerações sobre o atual Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro fez-se necessário aprofundar a pesquisa através de observação da realidade do núcleo através dos seguintes instrumentos: entrevistas e questionários.

5.2 Entrevistas/Questionário: discutindo o diagnóstico

A realização de entrevista e posterior aplicação de questionários enviados por correio eletrônico buscou traçar um diagnóstico do NEEJA Julieta Balestro, mostrando sua realidade e avaliando possíveis evidências que pudessem comprovar a existência de processos de gestão democrática e participativa para a produção e ou revisão das ações previstas no Projeto Pedagógico.

As normas que regimentam o Presídio Regional de Santa Maria, não possibilitaram acesso para a pesquisa com uso de gravadores ou qualquer outro material metodológico que compõem as práticas de pesquisa naquele momento.

A fim de contribuir com as percepções das entrevistas e seguir esse roteiro combinou-se envio de questionário via correio eletrônico (e-mail) para que as informações contidas nesse estudo se embasem.

As perguntas fizeram parte do questionário aplicado foram, em sua maioria, as mesmas questionadas em entrevista.

Para a produção do questionário adotou-se a seguinte estrutura:

a) Um cabeçalho para identificar o objetivo, o título da pesquisa propriamente para quem as mesmas se destinam.

b) Após, foram apresentadas 10 (dez) questões fechadas de escolha múltipla, a fim de facilitar o tratamento e a interpretação dos dados resultantes e 2 (duas) questões discursivas a fim de apontar particularidades que poderiam estar presentes no andamento das atividades do núcleo educacional.

Foram entrevistados o diretor da escola, a coordenadora pedagógica e quatro professores. Não foi possível entrevistar e ou aplicar questionário a nenhum educando em função de negativa da direção do Presídio Regional de Santa Maria justificada por questões de segurança.

Embora tenha sido explicado o objetivo da pesquisa e principalmente que as informações contidas no questionário eram sigilosas e a participação dos mesmos seria de suma importância para os debates em busca da autonomia e qualidade nas práticas educativas, percebeu-se certo receio e desconfiança por parte dos entrevistados.

Entre os resultados apresentados dois muito relevantes apontaram que considerando a especificidade do público atendido, o Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro está atendendo em partes as necessidades educacionais e particularidades dos educandos e não está conseguindo cumprir na totalidade seus objetivos previstos.

A questão número 1 buscou saber se os professores tem acesso e conhecem o Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro, dos seis entrevistados em sua totalidade todos responderam sim.

A questão número 2 mostra que, quando questionados sobre a participação na elaboração do Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro apenas a coordenadora pedagógica e diretor participaram de forma ativa na elaboração do Projeto Pedagógico os quatro professores responderam que participaram em partes. Quando questionados sobre qual parte do processo limitou sua participação todos os professores foram unânimes em afirmar que foram consultados em alguns pontos, mas em sua maioria a proposta pedagógica já veio formatada.

A questão número 3 procurou saber se o princípio norteador da construção de um Projeto Pedagógico (participação de alunos, professores e comunidade) ocorre no NEEJA Julieta Balestro, unanimemente todos responderam que não.

A questão de número 4 solicitou que os entrevistados considera-se a ordem de participação e contribuição dos envolvidos no processo de revisão do Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro enumerando de 1 a 6 o espaço de protagonismo dos atores nesse processo, ficando evidenciada a seguinte ordem:

1º SUSEPE;

2º SEDUC;

3º Gestores;

4º Professores;

5º Comunidade;

6º Alunos.

Esse resultado gerou algumas indagações em relação à ausência de evidência de participação dos alunos e comunidade em Geral.

Questionados sobre a ausência de participação democrática nesse processo, a Coordenação Pedagógica do NEEJA Julieta Balestra nos esclareceu que a autonomia nas escolas do sistema prisional é quase inexistente uma vez que o Projeto Pedagógico é construído com a participação da SEDUC, professores e gestores do núcleo educacional prisional, mas a efetividade de toda e qualquer ação depende totalmente das normativas impostas pela SUSEPE. Essa falta de autonomia fica visível quando foi informado pelos entrevistados que muitas vezes as aulas são interrompidas se as atividades da SUSEPE precisam se contrapor ao processo educativo.

A questão número 5 buscou saber de que forma acontece a contrapartida oferecida pela SEDUC para os profissionais que atuam no NEEJA Julieta Balestro. Segundo os entrevistados são ofertadas capacitações e reuniões periódicas na busca de situações que possam possibilitar a socialização dos educandos.

Os profissionais responderam ao questionamento número 6, sobre a avaliação do atual Projeto Pedagógico do NEEJA Julieta Balestro como regular, esse questionamento pode ser interpretado quando discutimos a questão número 7 quando solicitamos que fossem enumerados por ordem de prioridade quais são os maiores desafios para a educação no sistema prisional, ficando evidenciado que a ausência de autonomia para a legitimidade da gestão democrática e participativa seguida da falta de estrutura nos núcleos prisionais como principais entraves para que as propostas pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico se legitimem. O interesse dos educandos foi apontado em terceiro lugar e na ótica dos entrevistados muito mais por questões culturais do que pela ausência de participação no processo de elaboração do Projeto Pedagógico. Esse resultado comprova os estudos sobre a educação na prisão evidenciando que entre trabalhar e estudar os presos preferem trabalhar, devido a remição pelo trabalho que a cada 3 dias trabalhados adquirem o direito de 1 a menos na pena. Enquanto aos dias estudados fica a caráter da autoridade judicial acatar ou não.

Discutindo os questionamentos 8, 9 e 10 que solicitou que fossem citadas algumas especificidades que norteiam a gestão educacional dentro dos núcleos prisionais e questionou sobre quais fatores poderiam legitimar a educação prisional para o cumprimento eficaz de sua missão de socializar e transformar e saber se o

NEEJA Julieta Balestro está conseguindo cumprir seus objetivos previstos no Projeto Pedagógico, respectivamente foi possível perceber o seguinte diagnóstico:

A ausência de autonomia, segundo a coordenadora pedagógica do NEEJA Julieta Balestro é vista como a principal especificidade apontada, sobrepondo-se as características do público atendido que na opinião de muitos poderia ser entendida como principal particularidade.

Veiga (1998) oferece elementos que comprovam essa percepção:

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p. 13-14).

Essa mesma ausência de um processo de gestão educacional autônoma e participativa é apontado pelos educadores entrevistados como um fator de suma importância para o êxito das práticas educacionais que são ofertadas aos educandos dos núcleos prisionais, que segundo os mesmos contribui de forma significativa para que os objetivos previstos no Projeto Pedagógico não sejam contemplados e dificultem a missão de socializar e transformar previstas em sua missão.

Sabe-se que, muitas vezes, essa falta de participação não é uma singularidade do sistema prisional, mas nesse ambiente acentua-se em função da especificidade desse cenário. Ampliando a avaliação desse resultado as proposições de Julião (2009) acentuam que:

É importante que se perceba que não basta criar uma escola associada ao ensino profissional, mas sim uma que ajude a desenvolver potencialidades (competências) que favoreçam sua mobilidade social, não se deixando paralisar pelos obstáculos que serão encontrados na relação social. Em suma, uma escola que privilegie a busca pela formação de um cidadão consciente de sua realidade. (JULIÃO, 2009, p. 233).

Essa proposição apresentada pelo autor acentua as respostas do questionamento número 11 que indicou a ausência de contemplação das necessidades educacionais e particularidades dos educandos do NEEJA Julieta

Balestro, visto que os mesmos não participam do processo de construção e avaliação do Projeto Pedagógico que ocorre a cada três anos, fato que está ocorrendo no momento em que esse estudo fomenta esse debate.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se no presente estudo fazer uma análise do Projeto Pedagógico do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro, para conhecer a realidade do núcleo educacional, compreender o posicionamento dos gestores e professores sobre as possibilidades e desafios que os princípios de gestão democrática e participativa enfrentam na construção e avaliação do Projeto Pedagógico no sistema prisional.

No NEEJA Julieta Balestro em Santa Maria, RS, percebeu-se, a partir de entrevistas e questionários aplicados com professores e gestores, uma realidade que não difere da apontada por vários pesquisadores no cenário educacional: a ausência de princípios de gestão democrática somada à especificidade do sistema prisional brasileiro que limita a autonomia as decisões.

Uma das principais dificuldades está na ausência de uma identidade própria que possibilite construir Projetos Pedagógicos que reflitam as demandas dos alunos que estão em privação de liberdade. O modelo prisional não consegue se apropriar do novo perfil que a legislação educacional vigente oferece, limitando a possibilidade de propiciar práticas educativas que sejam eficazes no caminho da socialização.

O princípio de gestão democrática e participativa é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Pode-se evidenciar, ao concluir esse estudo que, embora a prisão seja apontada como espaço de reeducação e socialização do ser humano privado de liberdade, ao construir uma experiência ancorada no exercício autoritário do poder e da dominação, ela acaba por constituir-se, em uma organização cujas relações em alguns momentos são confusas.

Essa percepção pode ser estendida até os profissionais que atuam no NEEJA Julieta Balestro, possivelmente em função da atmosfera de privação de liberdade e regras impostas pela SUSEPE, em alguns momentos externar certa impotência

frente ao diálogo às práticas que possam fomentar a construção de uma proposta pedagógica inovadora.

Essa percepção foi evidenciada desde o momento da apresentação de nossa proposta, ficando evidenciado que mesmo aceitando contribuir para o estudo, os profissionais, especificamente a coordenação pedagógica do NEEJA Julieta Balestro demonstraram-se receosos em responder alguns questionamentos.

Esse resguardo de informações acentuou-se e causou aflição quando percebemos o retardamento do retorno de um dos instrumentos de pesquisa (questionário) que fizeram parte deste estudo, tendo o mesmo retornado somente após reenvio e insistentes contatos telefônicos.

A quase ausência de autonomia e essa percepção subjetiva dos profissionais que atuam no NEEJA Julieta Balestro resultaram numa conjunção de fatores que limitou, mas não esgotou as possibilidades de análise da realidade daquele cenário, uma vez que permitiu a construção do diagnóstico de uma realidade capaz de inspirar o desejo pela legitimidade da busca por mudanças.

Os NEEJA Julieta Balestro, portanto, ainda que de forma limitada, se considerarmos a ausência de autonomia e, por conseguinte princípios de gestão democrática traz em seu Projeto Pedagógico a reflexão de que a educação escolar no sistema prisional significa repensar antigas questões, que não foram respondidas devidamente pelo mundo contemporâneo e fomenta a socialização através da oferta de possibilidades lícitas.

Nesse sentido, concluiu-se que é emergente a construção de um Projeto Pedagógico para aqueles que estão privados de liberdade, aproximando as propostas ao significado diferente que essa demanda atribui a educação, visto que dentro do sistema fechado que é o presídio, a sala de aula é um contraponto onde se discute cidadania, trabalho, reintegração social e outros temas que permeiam o contexto prisional, mas que nem sempre refletem aquilo que o educando espera, já que ao mesmo é renegado o papel de mero coadjuvante. Se formos buscar a participação de outros atores (família e sociedade) percebeu-se que são personagens completamente estranhos a esse sistema, em algumas situações por escolha própria em outras por limitação resultante da conjuntura imposta.

Ainda que inúmeras dificuldades sejam encontradas no sistema prisional brasileiro e especificamente no NEEJA Julieta Balestro percebe-se a partir da análise das palavras dos profissionais que atuam no núcleo que os debates

fomentados no cenário nacional estão resultando em um constante movimento para oferta de mais capacitações e discussão de alternativas que possam garantir mais autonomia na busca da excelência das atividades programadas. Espera-se que essas premissas se efetivem, deixando de fazer parte da busca pela construção de uma realidade utópica, ligada apenas aos interesses de gestores públicos descompromissados com a educação.

O estudo realizado no NEEJA Julieta Balestro não esgotou as possibilidades nem deu respostas definitivas sobre as necessidades de projetos pedagógicos que reflitam a realidade de determinada demanda, entretanto pode contribuir, sinalizando a necessidade da elaboração coletiva destes instrumentos que são indispensáveis quando se pensa na qualidade da educação em qualquer esfera educacional.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 de outubro de 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 46 ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 2005.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BRITO, Regina Lucia Giffoni Luz de. **Reorganização Curricular: gestão, cultura e clima da escola**. GT-12: Currículo, 2009.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRADE, Laura. **Quem mandamos para a prisão? : visões do Parlamento brasileiro sobre a criminalidade**. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FERREIRA, L. S. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. **Educação em Revista**, Marília, v. 8, n.1, p.35-48, 2007.
- FREIRE, Madalena et al. **Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão** . São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.
- _____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia Ângela (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FUSARI, José C. **O Planejamento Educacional e a Prática dos Educadores**. Revista da Ande, n. 8. São Paulo: 1984.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.
- GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de pesquisa. SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 04 de jul. de 2013.

Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm - Acessada em 20 set.2013.

JULIÃO, E. F. **Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social**. In: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, 2007. p. 29-50.

_____. **Ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. 2009. 433 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/emdiálogo/sites/default/files/elionaldo_tese_final_parte_nao_textual_0.pdf>, <http://www.uff.br/emdiálogo/sites/default/files/elionaldo_tese_final_parte_textual.p>.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUZ, Emilinha. A Educação dentro do sistema prisional, como fator de inclusão social e ressocialização dos apenados, em regime fechado. **Revista Congrega**. Urcamp / Universidade da Região da Campanha. v.6, n.6, 2010. ISSN: 1982-2960.

ONOFRE, Elenice Maria C. (Org). **A educação escolar entre as grades**. São Carlos/ SP: EDUFSCAR, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro**. Santa Maria RS, 2011.

PORTAL do Ministério da Justiça- **Estabelecimentos penais**. Disponível em: <www.mj.gov.br/data/pages/mjd574e9ceitemidab2ef2d92825476e8516e63c78fc7c4cptbrie.htm>. Acesso em 08 de nov. 2013.

SILVEIRA, MARIA HELENA PUPO: **Origem da educação prisional: O processo de normalização do comportamento social em Curitiba no início do século XX, 1905**. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/Maria%20Helena%20Pupo%20Silveira.htm>> Acesso em 10 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT / Universidade Federal de Santa Maria**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 7. Ed. rev. e ampl. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

VEIGA, Ilma Passos A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.

_____. **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____, Ilma P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1996, p. 6-9.

Apêndice A – Termo de consentimento informado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO, NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA - RS”. A referida pesquisa objetiva é analisar a construção do PPP do núcleo e refletir sobre a necessidade da gestão democrática no sistema prisional sob a orientação da Prof. Dr.. Liliana Soares Ferreira.

O pesquisador responsável é Marcelo Peixoto Marques, aluno do referido curso. O pesquisador compromete-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (55) 9967 4505 ou e-mail celohistoria@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de _____ ter esclarecido minhas dúvidas, eu _____ autorizo a realização do questionamento sobre a temática proposta. ()Sim ()Não.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas escritas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas. () Sim ()Não.

Santa Maria, _____ de 2013.

Assinatura do entrevistado responsável: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Apêndice B – Solicitação de contribuição para elaboração de pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Vimos por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “O projeto pedagógico escolar e suas implicações no núcleo estadual de educação de jovens e adultos Julieta Balestro, no Presídio Regional de Santa Maria - RS”. O objetivo central do estudo é analisar a construção do PPP do núcleo e refletir sobre a necessidade da gestão democrática no sistema prisional.

É importante que você participe, para podermos verificar as possibilidades e desafios da construção de práticas pedagógicas significativas no sistema prisional.

Obrigado pela sua colaboração!

Cargo:.....

Graduação:.....

Pós-Graduação.....

Tempo de atuação no cargo:.....

Tempo de atuação na rede estadual:.....

Data:...../...../2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

Apêndice C – Entrevista / Questionário com diretor, coordenadora pedagógica e professores do NEEJA Julieta Balestro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

O PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO NÚCLEO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO, NO
PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA MARIA - RS

Questionário

1 - Você teve acesso e conhece o PPP do NEEJA Julieta Balestro?

() Sim () Não

2 - Você participou da elaboração do PPP do NEEJA Julieta Balestro?

() Sim () Não () Em partes

3- O princípio norteador da construção de um Projeto Político Pedagógico (participação de alunos, professores e comunidade) ocorre no NEEJA Julieta Balestro?

() Sim () Não

4 – Enumere de 1 a 6, considerando a ordem de participação e contribuição dos envolvidos no processo de revisão do PPP do NEEJA Julieta Balestro?

() SEDUC () SUSEPE () Professores () Alunos () Comunidade

() Gestores

5 – Qual a contrapartida oferecida pela SEDUC para os profissionais que atuam no NEEJA Julieta Balestro?

() Nenhum () capacitações () reuniões () Outros?

6 - Como você avalia o PPP atual do NEEJA Julieta Balestro?

() Ótimo () Bom () Regular () Péssimo

7 – Enumere por ordem de prioridade quais são os maiores desafios para a educação no sistema prisional?

() falta de estrutura nos núcleos prisionais;

() ausência de autonomia para a legitimidade da gestão democrática e participativa;

() Capacitações;

() Material didático;

() Interesse dos educandos;

() Outros

Quais _____

8 – Cite algumas especificidades que norteiam a gestão educacional dentro dos núcleos prisionais?

9 – Quais fatores poderiam legitimar a educação prisional para o cumprimento eficaz de sua missão de socializar e transformar?

10 – O NEEJA Julieta Balestro está conseguindo cumprir seus objetivos previstos no PPP?

() SIM

() NÃO

() Em partes

Justifique:

11- Considerando a especificidade do público atendido, o PPP do NEEJA Julieta Balestro está atendendo as necessidades educacionais e particularidades dos educandos?

() SIM

() NÃO

() Em partes

Justifique:

12- A avaliação do PPP do NEEJA Julieta Balestro ocorre:

() no tempo que é estabelecido (citar o tempo: _____)

() anualmente

() nas trocas de gestão

() sempre que necessário

() não ocorre/ ocorreu ainda